

PERCEPÇÕES E ADAPTAÇÕES CURRICULARES SOB A ÓTICA DO NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE AS MUDANÇAS NA BNCC E AS INFLUÊNCIAS NAS DECISÕES CURRICULARES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO MÉDIO NO MARANHÃO.

Fabiane Borges Mafrá¹
Francisco Jonnatans Sousa Silva²
Rarielle Rodrigues Lima³

RESUMO

A pesquisa foca na análise das percepções dos professores sobre as mudanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), investigando como essas políticas são moldadas pela ideologia e pelas políticas neoliberais de educação. O objetivo central é identificar como essas percepções influenciam as decisões curriculares e práticas pedagógicas no ensino médio do Maranhão. A partir das entrevistas realizadas durante eventos como o lançamento do movimento "Resistir para Revogar" e o IV Fórum Maranhense de Sociologia, realizados durante o ano de 2024, emergem vozes críticas sobre a implementação da Reforma do Novo Ensino Médio. Profissionais da educação, gestores escolares e especialistas expressam preocupações profundas sobre os impactos dessa reforma na qualidade e equidade da educação. Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. A pesquisa se apoia em teóricos como Amaral et al. (2021), Arretche (2012), Abrucio et al. (2010), Bourdieu (1977), e Rodrigues (2021), cujas contribuições são cruciais para entender os contextos político, social e educacional da reforma do Ensino Médio. Buscando uma análise abrangente e crítica dos processos de mobilização política relacionados ao discurso modernizador do Novo Ensino Médio, a pesquisa, fundamentada em sólida teoria e metodologias qualitativas, visa promover uma educação pública de qualidade e inclusiva, destacando os caminhos e ações que docentes desenvolvem no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Bncc, Neoliberalismo, Ensino Médio, Maranhão, Educação Pública.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa as percepções dos professores sobre as mudanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no ensino médio do Maranhão, considerando a

¹ Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, fabianeborges.mafr@gmail.com

² Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, joejonnatans@gmail.com

³ Professora orientadora: Doutora em Ciências, professora Adjunta da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, rariellerodrigues@gmail.com

influência do neoliberalismo. ⁴O objetivo é compreender como essa ideologia impacta as decisões curriculares e as práticas pedagógicas. Para isso, a pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica de documentos como a BNCC e a Lei 13.415/2017, que instituiu a reforma do ensino médio.

Além da análise documental, a pesquisa incluiu entrevistas e participação em eventos educacionais no Maranhão, como o movimento "Resistir para Revogar". Essas interações permitiram observar de perto as dificuldades enfrentadas na implementação do Novo Ensino Médio, revelando as diversas percepções dos profissionais da área educacional. Esses dados, somados ao referencial teórico que inclui autores como Bourdieu, Foucault e Rodrigues, fortalecem o embasamento da pesquisa.

Durante o evento de lançamento do movimento "Resistir para Revogar," foram discutidas críticas à reforma, com ênfase nas pressões econômicas e na falta de uniformidade nos currículos estaduais. A terceirização do ensino e a redução da carga horária foram apontadas como problemas que afetam a qualidade da educação. O IV Fórum Maranhense de Sociologia reforçou a importância de um currículo mais inclusivo e democrático, destacando a necessidade de um ensino que abrace a diversidade e os desafios contemporâneos.

A exclusão gradual da Sociologia e a diminuição das áreas humanísticas são vistas como estratégias que reforçam desigualdades sociais, alinhando-se à lógica do Novo Ensino Médio. Utilizando a teoria de Bourdieu, a pesquisa ressalta que as instituições educacionais podem perpetuar hierarquias ao limitar o acesso ao conhecimento crítico. A defesa das disciplinas humanísticas é, assim, entendida como uma luta pela democratização do conhecimento e pela preparação dos alunos para uma cidadania ativa e crítica.

METODOLOGIA

Esta pesquisa explora a Reforma do Novo Ensino Médio a partir de uma análise bibliográfica que incluiu documentos fundamentais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei 13.415/2017, que instituiu a flexibilização curricular e a

⁴ Este artigo é um recorte do projeto "As mudanças na BNCC e o lugar das Ciências Sociais no Ensino Médio no Maranhão: entre percepções, concepções e vivências com realidades diferentes", coordenado pela professora Dr^a. Helciane de Fátima Abreu Araújo, Coordenadora do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais - UEMA, e financiado pela CNPQ. Este artigo, contudo, foi desenvolvido pelos bolsistas durante a disciplina de Teorias e Métodos da Pesquisa em Ciências Sociais, sob a orientação da professora Dr^a. Rarielle Rodrigues Lima.

valorização da formação técnica. A análise desses documentos ajudou a entender as intenções da reforma, como a adaptação do ensino às demandas do mercado de trabalho e as mudanças nos itinerários formativos. Em paralelo, foram realizadas entrevistas e participação em eventos educacionais para captar as dinâmicas e desafios da implementação da reforma, especialmente no Maranhão. A participação em eventos como seminários e movimentos de oposição, como o Comitê Maranhense pela Revogação do Novo Ensino Médio, permitiu uma análise crítica sobre as implicações e desafios da reforma. Com essa abordagem metodológica, a pesquisa visa contribuir para o debate sobre a educação pública.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise documental e de entrevistas, a pesquisa se apoia em teorias de autores como Amaral et al. (2021), Arretche (2012), Bourdieu (1977), e Rodrigues (2021), que oferecem uma base para compreender os contextos político e social da Reforma do Novo Ensino Médio no contexto maranhense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscamos compreender quais as preocupações dos professores em relação às mudanças propostas pela BNCC e de que forma essas influências podem se refletir nas decisões curriculares e práticas pedagógicas no Ensino Médio no Maranhão. Buscamos compreender como os docentes percebem e se posicionam no contexto da Reforma do Novo Ensino Médio, buscamos compreender as demandas e reivindicações do meio educacional a partir desse recorte externado pelos docentes os quais tivemos a oportunidade de entrevistar.

Durante um ato público em São Luís-MA, em 15 de março de 2023, no lançamento do movimento "Resistir para Revogar", educadores como o professor Jorge Antônio Soares Leão do IFMA expressaram suas preocupações. Leão argumentou que tanto a BNCC quanto a reforma fragmentam o currículo, limitando o desenvolvimento do pensamento crítico e incentivando a entrada no mercado com uma formação limitada, sob a lógica da meritocracia. Além disso, ele destacou a desvalorização dos professores e dos cursos de licenciatura, impactando até o ambiente universitário e desmotivando futuras gerações de educadores.

No dia 12 de abril de 2022, durante o lançamento oficial do Comitê Maranhense pela Revogação do Novo Ensino Médio, ocorrido no auditório CEJOL (Centro Educa

Mais João Francisco Lisboa) em São Luís-Ma, representantes de sindicatos, movimentos estudantis e entidades educacionais uniram-se para contestar a Reforma do Novo Ensino Médio. Essa coalizão critica as mudanças governamentais como contrárias aos princípios democráticos e defende uma educação pública de qualidade e inclusiva. Com base em pesquisas e teorias educacionais, o comitê busca a revogação da Reforma do Novo Ensino Médio que foi introduzida mediante a Lei 13.415'2017, exigindo um debate amplo e democrático que envolva a sociedade na construção de políticas educacionais.

Em 30 de maio de 2023, no auditório do CCH da UFMA, ocorreu o seminário "Resistir para Revogar", organizado pelo Comitê Revoga, que se posiciona criticamente contra a Reforma do Ensino Médio. A professora Maria José Cardoso, doutora em educação e membro do Fórum Estadual de Educação, defendeu que a reforma é excludente e alienante, destacando que sua implementação reflete a luta de classes. Segundo ela, essa reforma dificulta o acesso da classe trabalhadora ao ensino superior e amplia as desigualdades educacionais, prejudicando principalmente estudantes de baixa renda. A professora também defendeu um Ensino Médio integrado como uma alternativa mais inclusiva para esses alunos.

O professor Jonathan Almada trouxe uma perspectiva histórica, comparando a reforma atual com as discussões do governo Lula em 2003, quando o seminário "Ensino Médio, Ciência, Cultura e Trabalho" enfatizou a centralidade dos jovens e a necessidade de evitar a fragmentação curricular. Almada criticou a legitimidade da Reforma do Ensino Médio implementada pelo governo Temer, considerando-a uma medida imposta sem apoio popular. Ele destacou a precariedade das escolas de ensino médio e a falta de infraestrutura como entraves significativos à reforma, observando que a promessa de tornar o ensino mais atrativo e profissionalizante não foi cumprida, dadas as limitações práticas e estruturais.

Já em 1º de junho de 2023, Aleandro Carter Silva Borges, gestor adjunto do CEM Cidade Operaria II, compartilhou que a principal dificuldade na implementação do Novo Ensino Médio é a falta de estrutura adequada nas escolas, o que impede uma aplicação uniforme. Em 21 de agosto de 2023, Mauro Henrique da Silva Souza, gestor do CEM São Cristóvão, destacou que o corpo docente enfrenta desafios relacionados à formação, pois muitos professores precisam adaptar-se a disciplinas eletivas para as quais não possuem preparação específica, comprometendo a qualidade do ensino. Esses relatos reforçam que, além das questões teóricas, a reforma precisa considerar as

condições reais das escolas e professores para ser eficaz. Rodrigues (2021) analisa o processo de formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio, destacando que a elaboração de políticas educacionais é marcada por conflitos e disputas que refletem interesses políticos específicos. No caso da BNCC, há uma forte influência de corporações e entidades privadas atuando em conjunto com o Estado, o que levanta questionamentos sobre os interesses hegemônicos por trás dessa legislação. Rodrigues menciona, por exemplo, a composição do Conselho de Política Pública durante o governo Lula, incluindo empresas como Itaú, Bradesco e Globo, que participaram da assinatura do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, condicionando repasses financeiros à adesão dos estados e municípios ao plano, evidenciando o interesse neoliberal na reforma do Novo Ensino Médio.

No Maranhão, o contexto socioeconômico amplia o impacto das reformas educacionais, conforme Rodrigues revela em sua pesquisa. Em 2020, o estado possuía o menor rendimento médio do país, com um salário de R\$1.325,00, enquanto regiões como o Distrito Federal superavam R\$4.000,00, refletindo profundas desigualdades. Além disso, 65,4% dos trabalhadores maranhenses estão na informalidade, indicando um mercado de trabalho precário e desprovido de proteção social. Com mais da metade da população vivendo na pobreza (54,1% em 2017), fica evidente a necessidade de políticas públicas inclusivas e de desenvolvimento econômico que possam combater a vulnerabilidade socioeconômica da região.

A análise da implementação da Reforma do Novo Ensino Médio em diferentes estados brasileiros revela semelhanças nas reivindicações dos movimentos de resistência, que apontam para desigualdades regionais na aplicação da política. Amaral et al. (2021) identificam que, antes de 2016, havia dois contextos de implementação: experimental e administrativo. No experimental, as regras eram ambíguas e cada estado desenvolvia soluções próprias, resultando em uma provisão desigual de políticas educacionais, conforme a capacidade local de inovação e execução (Arretche, 2012). Assim, a heterogeneidade entre estados gerou experiências educacionais tanto inovadoras quanto irregulares, levando a desigualdade no acesso e na qualidade da educação (Abrucio et al., 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação da comunidade docente sobre a reforma do Novo Ensino Médio, é percebida sobretudo pela influência dos interesses neoliberais. Segundo os professores

que entrevistamos, a reforma prioriza habilidades técnicas em detrimento de uma formação humanística, alinhando-se mais às demandas do mercado de trabalho do que às necessidades educacionais e sociais dos estudantes. Essa crítica revela uma visão de que a Reforma do Novo Ensino Médio desconsidera a importância de uma educação ampla e crítica, essencial para o desenvolvimento pleno dos jovens. A teoria da reprodução social de Pierre Bourdieu ajuda a evidenciar o papel das instituições educacionais na manutenção das hierarquias sociais, especialmente ao restringir o acesso ao conhecimento crítico, reforçando as desigualdades. A resistência à exclusão de disciplinas como a Sociologia no Ensino Médio representa uma luta pela democratização do conhecimento e pela promoção da igualdade. A Lei 13.415/2017, ao reformar o Ensino Médio, orienta o currículo para atender demandas de mercado, prejudicando uma formação mais ampla. Este currículo se torna, assim, um espaço de disputa política entre visões sobre a função da educação. No Maranhão, dados socioeconômicos revelam desigualdades estruturais, destacando a necessidade de políticas públicas inclusivas que combatam a pobreza e a informalidade, promovendo justiça social.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, F. S., Fernandes, I. C. O., Silva, L. B. C., & Castanheira, M. L. (2021). **O papel das organizações da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas públicas de educação**. Revista Administração Pública e Gestão Social, volume(55), página inicial - página final. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/kg3BXvSKdznWmVQcFBQqNGg/#>
- ARRETCHE, M. (2012). **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getulio Vargas/Fiocruz.
- BOURDIEU, P. (1977). **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Editora Vozes.
- [12 de abril de 2022]. **Cerimônia de Lançamento do Comitê Maranhense pela Revogação do Novo Ensino Médio**. Auditório CEJOL, Canto da Fabril, São Luís-MA. Comitê Revoga. Seminário "**Resistir para Revogar**".
- . 30 de Maio de 2023. Auditório Setorial do CCH da UFMA, São Luís, MA.